

## EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NO ENSINO BÁSICO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA O CONTEXTO ESCOLAR

Alexandre Alves de Sousa (1);  
Francisco Vieira Dantas Júnior (2);  
Magno Marcio de Lima Pontes (3)

(1) *Discente do Curso de Nutrição da Faculdade Santa Maria (FSM),  
E-mail: alexandreavesdesousa@hotmail.com*

(2) *Discente do Curso de Nutrição da Faculdade Santa Maria (FSM),  
E-mail: juniorvieirasfc@gmail.com*

(3) *Docente de Nutrição, Faculdade Santa Maria (FSM).  
E-mail: magnopontes@hotmail.com.*

**Resumo:** O presente artigo, é resultado de uma pesquisa bibliográfica, realizada no contexto de uma investigação que pretende compreender a importância da Educação Nutricional no Ensino Básico, tendo como objetivo apresentar subsídios a respeito das aspirações e dificuldades que envolvem e dificultam a atuação docente. Relacionamos pensamentos e concepções sobre bases que fundamentam direta e indiretamente a prática do ensino e suas relações com autores como: Mônica Galisa, Linden e R. Diez-Garcia, em seguida, escrevemos sobre as possíveis analogias entre suas teorias e à inserção de novos olhares a partir desses teóricos. Não se pretende, portanto, fazer uma análise profunda do tema que aborda-se, sua contribuição é oferecer uma ferramenta introdutória aos que desejam aprofundar-se à temática. Apresenta-se uma análise do tema situando historicamente alguns conceitos e relacionando com os paradigmas epistemológicos e as práticas em Educação Nutricional. Concluindo com a reafirmação da necessidade de novos estudos que aprofundem o campo da epistemologia para uma proposta educacional fundamentada em concepções de saúde e a promoção de hábitos alimentares saudáveis diante do contexto do ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Educação Nutricional; Educação em Saúde; Hábitos Alimentares.

### INTRODUÇÃO

A alimentação é uma prática cotidiana que promove a manutenção e o desenvolvimento do corpo humano no decorrer da vida. A nutrição humana aproxima-se das questões ambientais pelos processos e impactos da produção de alimentos. Dessa forma, a construção e relevância de temáticas associadas a nutrição, na escola, deve-se ser levadas em conta sobre os aspectos relacionados à saúde e ao meio ambiente.

A escola é um espaço privilegiado para a formação de bons hábitos alimentares, visto que os discentes, juntamente com seus professores e a comunidade local, podem discutir seus hábitos alimentares, de cultivo, a partir da compreensão de que a alimentação é uma prática cultural dos grupos humanos num tempo histórico.

Os docentes, portanto, aparecem como problematizadores que oportunizam a reflexão sobre os hábitos alimentares, associando-a à temas como meio ambiente nas aulas de ciências, por exemplo, dentre outras, visto que esse saber interdisciplinar deve ser visto como um espaço específico de mediação sobre a saúde humana, meio ambiente, alimentação e práticas alimentares.

Com isso a proposta desta pesquisa foi apresentar subsídios a respeito das aspirações e dificuldades que envolvem a atuação docente sobre a interação de temas relacionados a alimentação e formação de hábitos alimentares saudáveis no contexto educacional com os alunos.

## **2. METODOLOGIA**

Na perspectiva metodológica, o presente artigo constitui-se de um estudo teórico de revisão bibliográfica, baseado na abordagem qualitativa e desenvolvido a partir de reflexões sobre autores como Mônica Galisa; Paula Penatti Maluf; Sônia Linden; Diez-Garcia e Cervato-Mancuso, assim como em documentos e artigos publicados em bases de pesquisa como Google Acadêmico e SciELO (Scientific Electronic Library Online), utilizando-se das seguintes palavras-chave: Educação Nutricional; Práticas de Ensino; Docência em Saúde e Hábitos Alimentares, podendo assim correlacionar estudos e teorias aos alicerces que fundamentam à Educação Nutricional.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 O paradigma da educação nutricional no currículo escolar**

Nos estados e municípios, assim como as escolas iniciaram a adoção de providências necessárias à organização de seus currículos de acordo com o novo paradigma disposto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e nas normas nacionais. Essas iniciativas se beneficiam tanto dos parâmetros e referenciais preparados pelo Ministério da Educação (MEC) quanto da assistência técnica de universidades, instituições de estudos e pesquisas e organizações não-governamentais do setor educacional.

Na organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pela Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo que a cada um deles compete organizar seu sistema de ensino, cabendo, ainda, à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva (DCN, 2010, p. 7).



Portanto, o modelo institucional adequado para a formação de professores será o que conseguir construir ao longo do curso, o perfil profissional docente que o país necessita para implementar a reforma da educação básica, reunido em suas diretrizes curriculares nacionais, nos parâmetros curriculares recomendados pelo MEC e nas ações de implementação iniciadas por estados e municípios.

Sabe-se que o conhecimento da nutrição é uma construção científica que os nutricionistas, cujo trabalham com educação nutricional, vem buscando representar um processo cognitivo do indivíduo, relacionado à informação acerca do alimento e nutrição. Conforme Vargas (2007, p. 25) “existe integralidade nos programas de saúde escolar no Brasil, mas com práticas e ações isoladas e assistencialistas” o que nos leva a refletir sobre a necessidade de reforço e implementação de uma política nacional de educação nutricional escolar.

As práticas alimentares saudáveis surgem com o intuito de promoção de saúde dentro do ambiente escolar, podendo serem observadas nas mais diversas ações políticas e estratégias relacionadas com alimentação e nutrição. Dessa forma, encontramos na educação nutricional uma busca para a quebra de paradigmas que há muito tempo não eram discutidos no ensino básico.

A Base Nacional Comum Curricular (BCN) determina um currículo mínimo para os alunos das escolas do país, com objetivos de aprendizagem para todas as matérias, divididos de acordo com o contexto de experiências dos alunos, através de uma abordagem mais lúdica nos primeiros anos até conceitos mais abstratos no ensino médio.

A formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais constitui, com atribuição federal, é exercida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos da LDB e da Lei nº 9.131/95, que o instituiu.

Para Maluf (2014), o comportamento alimentar humano representa a relação entre o estado fisiológico, o estado psicológico e as condições ambientais de um indivíduo. A alimentação não é só uma ação de satisfação de uma necessidade biológica, que nesse caso seria matar a fome e sobreviver, mas parte também de uma questão social.

Cuidar da alimentação é promover a saúde, e ainda aprimorar os vínculos sociais e a sensação de pertencimento a um grupo ou classe além de nossa forma de ser no mundo. O comportamento alimentar é efeito de determinantes internos e externos ao sujeito, tem seu suporte fixado na infância por meio do que é propagado na família, sendo conservado por tudo o que é parte da tradição: crenças, valores e tabus.

Ainda de acordo com Maluf (2014), é necessário lembrar que a alimentação já foi reconhecida pelo ministério da saúde como parte da atenção básica por intermédio da PNAN (Política Nacional de Alimentação e Nutrição) que vem sendo retomada como discussão nos últimos anos. Estudar o comportamento alimentar e seus componentes: situacional, afetivo e cognitivo, faz parte do processo para entendimento e formulação de novas políticas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) são apresentados não como um currículo, e sim como subsídio para apoiar o projeto da escola na elaboração do seu programa curricular, ou seja, trazem orientações para o ensino das disciplinas que formam a base nacional, e mais cinco temas transversais que permeiam todas disciplinas, para ajudar a escola a cumprir seu papel constitucional de fortalecimento da cidadania.

Os dez volumes dos PCN's trazem a seguinte divisão: o primeiro, de Introdução, explica as opções feitas e o porquê dos Temas Transversais. Do segundo ao sétimo, abordam-se as áreas de conhecimento obrigatórias no ensino fundamental: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física. Os três últimos tratam dos cinco Temas Transversais: Meio Ambiente, Saúde, Ética, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Isso demonstra que a transversalidade também pressupõe uma inter-relação permanente entre educação para a Saúde e os demais temas transversais, pois a própria natureza desses temas faz com que entre eles haja sempre uma grande afinidade, dado que compõem, em seu conjunto, uma visão ética do mundo e das relações humanas (PCN's – Saúde, 1998, p. 264).

A promoção de saúde através da educação nutricional no ambiente escolar, vem ganhando mais espaço e importância na busca de melhorar a qualidade alimentar das crianças, pois o grau de informação faz com que aumente o maior autocuidado de saúde e, nesse contexto, têm sido focadas a “alfabetização em saúde” e a “alfabetização em nutrição” inter-relacionados com as outras disciplinas.

Segundo Bógus et al (2011), a educação em saúde no âmbito escolar passou a ser parte do currículo como uma área transversal a ser ensinada pelos professores da escola, da mesma forma que as temáticas ética, sexualidade e meio ambiente passaram a ser. Nessa concepção, a escola tem uma função importante enquanto espaço público e educacional no qual os alunos tem a possibilidade de determinar contato e experimentar diálogos sobre a correlação entre saúde, ambiente e cidadania.

Investir na promoção de saúde é primordial, pois existem diversos fatores condicionantes que determinarão as circunstâncias de saúde de uma população. A questão do crescimento e desenvolvimento com qualidade de vida desempenha cada vez mais uma função relevante a respeito da definição de uma sociedade mais precisa e solícita que garanta a chance de se viver melhor.

De acordo com Valadão (2004), a educação alimentar desempenha, historicamente, posição de destaque nas políticas de programas de educação em saúde que passaram a ser implantados no Brasil desde o início do século XX. A motivação principal desses projetos educativos foi o anseio de limitar as doenças transmissíveis, que na época estavam atreladas a precariedade das condições sanitárias nos eixos urbanos em especial em região que haviam portos.

Lima (1998), frisa que educação alimentar e nutricional fundamenta-se na história da ignorância que seria determinante da fome e da subnutrição na população de baixa renda, no qual seria destinado grande parte das práticas educativas. Desse modo, uma das funções da educação e saúde, desde a sua origem, é a transformação do costume alimentar com vistas à reformulação de hábitos alimentares desinformados e equivocados.

Segundo o Guia Alimentar para a população brasileira (2014) “Alimentação Adequada e Saudável é a prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente.” Em que deve-se estar em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais, assim como referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia, e acessível do ponto de vista físico e financeiro, sem esquecer da harmonia em quantidade e qualidade baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis, com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos.

Dessa forma, o Guia Alimentar para a População Brasileira se constitui em uma das estratégias para implementação da diretriz de promoção da alimentação adequada e saudável que integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, tornando-se uma referência para as ações que poderão estimular a mudança de hábitos, seja no ambiente escolar ou em outros equipamentos sociais.

### 3.2 A formação do professor enquanto educador nutricional

A elaboração das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação, desencadeado pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a partir de 1997, busca primeiramente adequar a formação de profissionais ao que pede um mercado globalizado. Considerando-se preceitos postos

pelas reformas da educação básica no que busca adequar a formação das novas gerações àquilo que foi posto pelas transformações no mundo do trabalho, o conteúdo e a organização das instituições de formação de professores passam a ter sua centralidade para garantir o desenvolvimento da educação básica tal como está postulada.

Outro aspecto que merece ser destacado é a ênfase na individualização e a responsabilização da classe docente pela própria formação e aprimoramento profissional. Cabendo aos mesmos identificarem as suas necessidades de formação e empreender o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento no próprio desenvolvimento profissional (FREITAS, 2002).

Com base nisso, percebemos que cabe ao educador estar atento as demandas atuais, tornando-se também responsável pela sua formação inicial e complementar, entretanto sabemos que há um sistema em que esse profissional se encontra e que essas capacitações podem comprometer a prática docente.

Conforme Boog (2011), quando os riscos de doenças são a longo prazo, a propositura de mudança de padrão alimentar dificilmente acontecerá, pois haverá uma forte resistência. Como instigar um adolescente de que ele deve ingerir leite? O fator risco de osteoporose daqui a algumas décadas da vida não será tão convincente, pois esse grupo em geral não evita riscos.

Respeitando os paradoxos inerentes ao fenômeno da alimentação a proposta da educação alimentar e nutricional é ressoar na sociedade condições de alimentação que sejam benéficas a saúde, a diminuição da morbimortalidade por doenças que tem a alimentação errônea como fator causal. O ato de educar exige considerar respeitar e valorizar os campos e as possibilidades da educação, fazendo com que a educação seja não um produto, mas o conjunto da obra.

Segundo as autoras Cervato-Mancuso, Conte e Assao (2011) as ações de educação em alimentação e nutrição tem ocupado lugar primordial entre as estratégias de ações em saúde pública que buscam a prevenção e o controle das doenças e complicações não transmissíveis.

Apontada por cientistas respeitados como estratégia para programas de saúde a educação nutricional em especial é uma atividade que deve ser planejada e orientada quando necessário por um profissional nutricionista, conforme a lei que regulamenta a profissão, nesse sentido, torna-se parte indispensável na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de nutrição.

De acordo com Dourado (2001), os professores de ciências evitavam usar atividades laboratoriais nas suas aulas e, como justificativa invocavam o excessivo número de alunos por turma e a curta duração dos tempos letivos. É nítido que quando o professor é desafiado a atuar



numa nova visão, em outra roupagem em relação ao processo de ensino e de aprendizagem, poderá encontrar dificuldades de exercer esse papel.

Conforme Martins e Veiga (1999), uma investigação nunca fornecerá qualquer algoritmo de ensino aos professores, mas irá permitir-lhes uma análise de suas próprias práticas, tomando decisões de forma mais coerente e fundamentada. Neste sentido, o desenvolvimento profissional dos professores é fundamental, sendo de especial importância a atualização permanente, a troca de experiências e a identificação das próprias concepções de ensino e de Ciência.

Apelo à interdisciplinaridade, que decorre da necessidade de compreender o mundo na sua globalidade e complexidade e também de conciliar a tendência fragmentadora e analítica do saber com momentos em que se utilizem os diversos fragmentos para a construção de um saber mais global (POMBO, 1993, P. 4).

É necessário um modelo de desenvolvimento curricular que proporcione uma aprendizagem contextualizada, e que pretenda-se com isto que a aprendizagem das Ciências como um todo seja mais atraente para o aluno, que transmita da ciência uma visão humanizada e que desenvolva conhecimentos no intuito de preparar o aluno para tomar decisões e resolver problemas acerca de uma temática específica.

O que se tem visto na atual conjuntura é que escolas tanto privadas quanto públicas proporcionam isso em momentos específicos do ano letivo ao aluno, seja em feira de ciências, aulas de campo ou até mesmo em uma mudança conformacional da sala de aula, o que deveria estar atrelado todos os dias à realidade vivida, é percebido de forma pontual.

Portanto, é necessário que seja mais discutido o tema da complexidade nutricional, pois é dela que inicia-se o processo de reflexão acerca de práticas e possibilidades existentes, ao pensar a realidade de modo complexo e definindo como meta uma nova racionalidade cultural alimentar.

### 3.3 A relação ensino-aprendizagem na formação de hábitos alimentares saudáveis

Usando as palavras de Pombo (1993), é verdade que a palavra interdisciplinaridade é por muitas vezes usada como remédio para todos os males e que, de tão usada, pode parecer banal. É verdade também que é indispensável estar ciente das grandes dificuldades que podem surgir na prática interdisciplinar. Muitas dessas experiências não são efetivamente experiências interdisciplinares mas simplesmente multidisciplinares. Pode mesmo acontecer que experiências interdisciplinares deem origem, não a novos arranjos disciplinares, a novos modelos de ensino, mas

a novas disciplinas, os investigadores começam por ensaiar formas inovadoras de trabalho interdisciplinar.

A interdisciplinaridade pode integrar-se em outras áreas específicas, com o propósito de promover uma interação entre o aluno, professor e cotidiano, pois os dias de hoje podemos considerar as ciências naturais como umas das mais diversas em função de seus vários campos de trabalho.

Atualmente exigisse que o nível de atualização prevaleça em qualquer cargo que vai exercer na área de ciências naturais, falando de forma mais específica, quando citamos a ciência ambiental e nos aprofundamos dentro da educação nutricional, percebemos a extrema importância da interdisciplinaridade, onde professores das diversas áreas da ciência podem juntos, promover um momento ímpar para seus alunos, correlacionando uma temática específica em paralelo com a visão das diferentes áreas.

Segundo Bonatto et al (2012), a interdisciplinaridade é um junção entre o entendimento das disciplinas nas mais variadas áreas do conhecimento. Sendo importante, pois, abrangem temáticas e conteúdos diferentes propiciando dessa forma recursos inovadores e dinâmicos, onde as aprendizagens são ampliadas.

Segundo BRASIL (1999, p. 89), “a interdisciplinaridade mantém a individualidade das disciplinas, integrando-as a partir da compreensão de diversos fatores, trabalhando com linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e resultados”. Para que ocorra essa interdisciplinaridade não se trata de eliminar as disciplinas, mas sim de uni-las em prol de algo, um contexto que melhore o processo ensino-aprendizagem, permitindo assim um universo a favor desse processo, sendo necessária cada vez mais a interdisciplinaridade como modelo de ensino.

Segundo Fazenda (2002), o pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas. Assim, por exemplo, aceita o conhecimento do senso comum como válido, pois através do cotidiano que damos sentido a nossas vidas. Ampliado através do diálogo com conhecimento científico, tende a uma dimensão maior, a uma dimensão ainda que utópica capaz de permitir o enriquecimento da nossa relação com o outro e com o mundo.

Um aspecto que vem preocupando a população mundial é a questão alimentar por conta do crescimento acelerado da população em detrimento a produção de alimentos, sendo que hoje a má alimentação não é problema exclusivo de pobres nem de ricos, pessoas de todas as classes sociais se alimentam mal. Os problemas decorrentes de uma alimentação inadequada, como desnutrição,



anemia, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis, afetam tanto crianças, quanto jovens e adultos, por isso, a necessidade da implantação da educação alimentar desde a mais tenra idade é fundamental (HULSE, 2006).

É importante que durante o processo de ensino-aprendizagem na escola, seja dada importância a formação de hábitos alimentares dos alunos, para que os mesmos tenham um consumo alimentar com mais qualidade. São através de estratégias como experiências, que os alunos aprendem a importância de uma alimentação saudável. Com isso, o ambiente escolar aparece como um dos melhores agentes para promoção da educação alimentar, uma vez que é na infância e na adolescência que se fixam atitudes e práticas alimentares difíceis de modificar na idade adulta (TURANO, 1990).

Para tanto, a educação alimentar deve ser levada para o ambiente escolar, onde o educando pode e deve reforçar a adoção de bons hábitos alimentares. Um exemplo disso, é a Horta Escolar, que tem sido referência para difundir a Educação Ambiental e Nutricional no sistema de ensino e fortalecer a relação escola-comunidade.

Foi realizado um estudo, onde verificou-se que a pedagogia de projetos a partir da implantação de horta escolar fez a inter-relação entre várias componentes curriculares, não somente para as questões de ensino-aprendizagem convencional, mas para um modelo de formação da consciência cidadã, onde o estudante percebeu-se como parte integrante do ambiente em que se vive (REZENDE et al., 2014).

Para Laus et al (2011), segundo os pressupostos de Ramos e Stein (2000), a literatura sobre nutrição infantil destaca que o comportamento alimentar do pré-escolar é decretado em primeira instância pela família, da qual ele é membro, e, secundariamente pelas outras convívios psicossociais e culturais.

Segundo Lucas (2002), atualmente devido as modificações nos estilos de vida muitas crianças passam a maior parte do tempo dos seus dias fora, em creches ou escolas. Nesses locais as refeições sofrem alterações a depender do tempo que a criança está inserida na instituição, é o caso de muitas crianças terem grande parte dos seus nutrientes fornecidos nesses estabelecimentos.

De acordo com Linden (2011), segundo as conjecturas de Werneck (1984), a educação deve propiciar uma independência e ela se faz por meio de uma eficiência crítica que permite maior diálogo entre os homens.

O processo ensino é infindável e se divide em informal e formal. No que diz respeito a nutrição, o ensino informal é anterior a escrita, da escola, dos livros e dos professores oficiais, tudo

gira em torno de uma condição que é necessária e suficiente, existir, aquele que sabe e aquele que quer saber. Já o ensino formal, ocorre através do ensino oficial, que seria o ensino acadêmico científico (LIBÂNEO, 2003).

Quando é voltado para o contexto escolar, encontra-se uma série de dificuldades que fazem com que os professores se limitem dentro da sala de aula, entretanto, existem algumas ferramentas que facilitam o processo de ensino aprendizagem, como grupos rotativos, mesas redondas, seminários, painéis, conferências dentre outros, que são de fácil implantação e que possibilitam um aprendizado mais amplo e resultados mais amplos acerca da construção de um comportamento alimentar e nutricional.

De acordo com Galisa et al (2014) a escola desempenha um papel importante na criação dos hábitos de vida e da individualidade da criança uma vez que ocupa bastante tempo da vida dela, a escola ainda promove um desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança, ou seja, um desenvolvimento integral da criança.

No âmbito escolar, cabe ao nutricionista promover reuniões que possibilitem promover programas de educação alimentar e nutricional buscando atingir não só as crianças, mas a diretoria, os pais e familiares das mesmas, buscando trazer a realidade, tudo aquilo que deve ser modificado a partir da atividade, de acordo com o público alvo.

É necessário que haja uma compreensão e correlação de diversos saberes e práticas do currículo nacional comum de educação, cruzando com temas sobre o consumo e hábitos alimentares, possibilitando pensar e realizar diferentes entradas no campo da aprendizagem e da formação dos diferentes sujeitos envolvidos, na complexa tarefa de concretizar a alimentação do escolar como uma estratégia de democratização e transformação das relações sociais, consequentemente, levando aos indivíduos a formação de hábitos alimentares saudáveis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi exposto a partir dos estudos abordados, foi possível encontrar estratégias de como trabalhar a interdisciplinaridade utilizando temas transversais que envolvam a alimentação, como objeto de ensino-aprendizagem, sendo de suma importância que temas com elementos da natureza sejam dada ênfase na vida escolar das crianças. Nesse sentido, sugere-se que sejam promovidas ações de educação nutricional permanente visando a inserção e a qualificação da atuação do profissional de nutrição nas escolas.

Contudo, também é fundamental que essa discussão alcance os espaços em que se desenvolve o ensino superior em nutrição, de forma a promover melhorias na formação com base nos aprendizados produzidos pelos processos de pesquisa, conferindo-lhes sentido e relevância social e contribuindo para um perfil de egresso mais politizado e articulado às demandas da realidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BONATTO, Andréia et al. Interdisciplinaridade no ambiente escolar. **IX ANPED SUL**, 2012.

CACHAPUZ, António; PRAIA, João; JORGE, Manuela. Da educação em ciência às orientações para o ensino das ciências: um repensar epistemológico From Science Education to Science Teaching: an epistemological rethinking. **Ciência & educação**, v. 10, n. 3, p. 363-381, 2004.

DAVANÇO, Giovana Mochi; TADDEI, José Augusto de Aguiar Carrazedo; GAGLIANONE, Cristina Pereira. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. **Revista de Nutrição**, 2004.

DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO- MANCUSO, A. M. **Mudanças Alimentares e Educação Nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

FREITAS, Helena Costa Lopes De et al. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação & Sociedade**, 2002.

GALISA, Mônica et al. **Educação Alimentar e Nutricional: da teoria à prática**. 1. ed. Vila Mariana, São Paulo: Roca, 2015.

GONÇALVES, Vivian Siqueira Santos et al. Estratégia de Intervenção na Prática de Educação Nutricional de Professores da Educação Infantil. **Rev Simbio-Logias**, v. 2, n. 1, p. 132-48, 2009.

JUZWIAK, Claudia Ridet; CASTRO, Paula Morcelli de; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal, México**, v. 4, n. 18, p.1009-1018, 2013.

LARANJEIRA, Nina Paula Ferreira; RODRIGUES, Livia Penna Firme. Educação Ambiental e Nutricional: a sustentabilidade como tema na formação de educadores no Centro UnB Cerrado. **II Simpósio sobre Educação Ambiental e Transdisciplinaridade**. Anais. Goiânia, maio, 2008.

LEITE, Laurinda; DOURADO, Luís. Das reformas curriculares às práticas em sala de aula: o caso das actividades laboratoriais no ensino das ciências. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 86, p. 95-122, 2017.

LENOIR, Yves. Importância da interdisciplinaridade na formação de professores do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, n. 102, p. 5-22, 2013.

LINDEN, Sônia. **Educação Alimentar e Nutricional**: algumas ferramentas de ensino. 2a. ed. São Paulo: Livraria Varela, 2011.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re) visão radical. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 98-110, 2000.

POMBO, Olga. A interdisciplinaridade como problema epistemológico e exigência curricular. **Inovação**, VI, v. 2, p. 173-180, 1993.

REZENDE, Bráulio Luciano Alves et al. A interdisciplinaridade por meio da pedagogia de projetos: uma análise do projeto "Horta Escolar: aprenda cultivando hortaliças" numa perspectiva CTSA. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, {s. L.}, v. 04, n. 01, p.179-191, jun. 2014.

RIBEIRO, Giorgio Mendes et al. Experiência do Projeto Horta Didática nas escolas de Mossoró-RN como proposta de educação ambiental, alimentar e nutricional. **Revista Extendere**, Mossoró, Rn, v. 3, n. 1, p.90-101, jun. 2015.

VARGAS, Vagner de Souza; LOBATO, Rubens Caurio. **O desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis uma estratégia de educação nutricional no ensino fundamental**. 2007.